

Sensibilidade de Bush

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

No último dia 15 de dezembro em debate, via satélite com a Senadora republicana Nancy Kassebaum, que pertence à Comissão das Relações Exteriores do Senado americano, propus solução para o problema da dívida externa dos países subdesenvolvidos muito semelhante àquela que no dia 19 de dezembro o Presidente eleito Bush apresentou à imprensa mundial.

O debate, assistido por alguns jornalistas, que dele também participaram, dos jornais O GLOBO, "Jornal da Tarde", "Folha de S. Paulo" e "Zero Hora", além da telerradialista Maria Lidia, quando da justificativa que dei à proposta, mereceu da Senadora americana a observação de que agora havia uma sugestão criativa para a dívida externa e que levaria a matéria a estudo em seu partido.

Não sei até que ponto tal proposta mereceu atenção da Senadora, após o programa de televisão, assim como se foi levada ao Presidente eleito Bush. O certo, todavia, é que a discussão da dívida externa começa a adentrar o campo da racionalidade.

No debate com a Senadora, sugeri uma sensível redução do serviço da dívida, com a assunção, pelo Governo americano, de parte dos créditos dos bancos privados e cobrança de juros acima da inflação americana, mas abaixo das ta-

xas normais de financiamento do mercado internacional. Por outro lado, um período de carência longo deveria ser dado, pelo Governo dos Estados Unidos, para os países devedores, com o que, aliviados, de um lado, do pagamento do principal — para o que não têm recursos no momento — e com juros mais moderados, de outro, poderiam reequilibrar suas finanças em matéria cambial.

Por outro lado, a assunção da dívida por parte do Governo americano, reduzindo o nível de riscos dessas entidades, fatalmente geraria maior potencialidade para tais instituições, em suas atividades habituais, com queda das taxas de juros internacionais como consequência de tal medida. Com isso poderia Bush, ao assumir a dívida, condicionar que parte desses recursos fosse destinada a auxiliar, em investimentos, os próprios países em desenvolvimento, fazendo com que dinheiro novo fatalmente entrasse para retirá-los da crise.

A evidência, a entrada de tal dinheiro novo, liberado pelos bancos sob supervisão do Governo americano, teria, como contrapartida, o oferecimento, pelos Governos desses países, de projetos em que a austeridade administrativa, a redução das máquinas estatais e dos desperdícios oficiais, assim como severo controle da inflação e retomada de desenvolvimento, fossem

consequência, de tal maneira que as liberações seriam feitas por etapas e condicionadas ao cumprimento das etapas anteriores.

Não se desconhece que tal colocação implicaria em pequena elevação da taxa inflacionária americana em um ano, situação essa perfeitamente corrigível pelos mecanismos monetários tradicionais, nos anos subsequentes. Em compensação a retomada de desenvolvimento dos países, latino-americanos principalmente, eliminaria o risco da nicaragüização de todo o continente, sobre revitalizar o comércio internacional, assim como permitir maior afluxo de importações de produtos americanos. O perfil, portanto, melhorado das relações internacionais, quanto ao comércio, compensaria o custo inicial da redução do serviço da dívida junto aos Estados Unidos.

Não sei até que ponto a proposta, considerada criativa pela Senadora americana, pode ter influenciado o Presidente eleito Bush, nem mesmo se tomou conhecimento da mesma. O certo, todavia, é que ele começa a demonstrar sensibilidade maior que seus antecessores, como demonstrou a Senadora americana no debate, sinal suficiente para esperar melhores dias em 1989.

Ives Gandra da Silva Martins é professor de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia.